Janela aberta

Compromisso com o agribusiness e com o futuro



LAÉRCIO YAMAUTI

Numa economia em processo de crescente abertura internacional, o agribusiness brasileiro tende rapidamente a superar a marca dos 40% de participação no PIB. Esse acelerado avanço é compatível com a retomada do desenvolvimento econômico intenso, etapa para a qual o plano de estabilização deve ser entendido como mero canal de passagem.

Comprometido com essa dinâmica de um futuro que claramente se avizinha, o Bamerindus criou sua diretoria de Agribusiness. Isso indica que o sistema financeiro privado está tornando definitiva a visão do agronegócio, precisamente quando se revêem as previsões no sentido de uma conjuntura internacional de crescimento econômico.

O conceito de agribusiness, gestado nos EUA nos anos 50, incorpora-se à terminologia e — o que é mais importante — às análises do processo econômico e às práticas de gestão empresarial. O chamado complexo agroindustrial, na verdade, integra mais do que a cadeia de atividades agropecuárias e industriais, posto que também compreende outras atividades, tais como as de natureza financeira, o comércio e os transportes.

A nova Diretoria de Agribusiness não está apenas em sintonia com o desenvolvimento e com a modernização do agronegócio, porquanto também tende a contribuir para uma dinâmica maior que irá caracterizar a economia brasileira. Com a expansão e o desenvolvimento, intensificar-se-á a sofisticação dos processos de comercialização agropecuária, cuja etapa que ora se inicia no Brasil imporá a crescente e efetiva inserção das instituições financeiras no universo do agribusiness.

A superação da persistente crise em que vivemos representará, em grande medida, superar a quase falência do Estado, libertando-o de sua crise fiscal de caráter estrutural. Tal saneamento haverá de começar pelo governo federal, cujo papel essencial deverá ser o de prover estabilidade e impulsionar as demais esferas do poder.

A maioridade do agronegócio será alcançada a partir de uma pronunciada desregulamentação do crédito equivocadamente chamado de rural. Representará liquidar a viciosa concepção paternalista do poder público brasileiro, com seu subproduto de abusiva regulamentação do sistema financeiro.

Do mesmo modo que não mais se poderá admitir desenvolvimento como mera industrialização, também cuidar isoladamente do setor agropecuário passará a ser pecado capital. Acresce ainda que o crédito tem de ser instituído como um potente insumo do processo produtivo.

A visão do agribusiness há que se sobrepor a quaisquer outras, a fim de que se apreenda como a realidade funciona. A percepção dinâmica — e não meramente estática — do desempenho dos componentes do sistema econômico tende a ressaltar justamente as relações que expressam as funções no processo econômico e o encadeamento das atividades produtivas.

A seqüência da hora presente, no Brasil, seguramente implicará o desenvolvimento acelerado da visão sistêmica do agribusiness, cabendo particular destaque às atividades financeiras e a outros serviços em processo de crescente informatização.

Além da crise real da década "perdida", a desastrosa deterioração hiperinflacionária da moeda brasileira, que se tornou uma anomalia agravante e também autônoma, certamente resultou na vantagem pedagógica de ensinar ao povo brasileiro que fora da estabilidade monetária não há salvação. As recentes eleições, que evidenciaram a aprovação popular do plano de estabilização, demonstraram também que, ao contrário das pretensamente sofisticadas discussões de temas como monetarismo *versus* estruturalismo, nosso povo exercita a sabedoria do senso comum.

O sistema financeiro, agente natural do processo de propagação e agilização dos instrumentos monetários, também terá de apostar na estabilidade efetiva, que hoje só é divisável para depois da presente fase de purgação coletiva dos pecados do governo, mediante o martírio dos juros insuportavelmente altos.

Repetir que bom negócio é aquele que é bom para quem vende e também para quem compra pode ser verdadeiro, porém é visivelmente insuficiente. A dinâmica do sistema capitalista, em sua realidade empírica, demonstra que não ocorre desenvolvimento econômico sustentável, a médio e a longo prazos, senão quando seus frutos são difusamente distribuídos.

O sistema financeiro, exatamente por força de seu papel essencial de canalizador das poupanças, exerce função estratégica na estruturação da vitalidade do sistema econômico. No subsistema do agribusiness, esses fluxos de poupanças são ainda mais cruciais do que em outras atividades onde o ciclo produtivo é mais contínuo. Não se conseguiu inventar até hoje um sistema produtivo para a agropecuária que evite as demoradas imobilizações entre o momento de preparo do processo produtivo e aqueloutro marcado pelas colheitas e pela comercialização.

Competitivamente, de acordo com a dinâmica capitalista, os produtores inseridos no universo do agribusiness têm de dividir sua complexa função financeira com instituições especializadas. Cada agente desempenha papéis ou funções distintas e complementares, onde todos acabam operando em termos de maximização de suas respectivas eficiências.

É relevante a crença de que o sistema financeiro privado no Brasil está maduro para que sua aposta seja no desenvolvimento dos negócios dos seus clientes e não no desenvolvimento do seu próprio negócio.

Não há império financeiro que possa ser edificado sobre as ruínas dos tomadores de empréstimos. O ganho imediato, resultante da bem-sucedida administração de uma escassez circunstancial e eventual, não passa de uma vitória num jogo isolado, quando o objetivo corresponde a processo continuado de vantagens que levem à conquista cabal do campeonato.

Laércio Yamauti, engenheiro-agrônomo, é diretor de agribusiness do Bamerindus.